

NOTAS SOBRE A INTERPRETAÇÃO SRAFFIANA DA TEORIA DO VALOR DE MARX*

Franklin Serrano **

[versão de junho 2009]

LINTRODUÇÃO

A crítica baseada em Sraffa (1960) à teoria do valor de Marx é razoavelmente bem conhecida¹: a chamada teoria do valor trabalho em geral não fornece resultados corretos e também a rigor não é estritamente necessária para determinar consistentemente a taxa geral de lucros e os preços de produção a partir de um dado nível do salário real e dos métodos de produção em uso. Muito menos conhecida, no entanto, é a *interpretação* sraffiana de Marx, isto é, não o que poderia haver de errado (ou superado) em sua teoria, mas sim por que Marx teria utilizado sua teoria do valor da forma que fez. Neste trabalho, tentaremos apresentar da forma mais simples e resumida possível as linhas gerais desta interpretação (ver especialmente Garegnani & Petri (1982)) e algumas das suas principais implicações.

Em se tratando de temas tão complexos e polêmicos naturalmente não há aqui a menor pretensão de esgotar ou resolver definitivamente o tema. O objetivo é estimular o debate e induzir os leitores a investigarem os diversos estudos produzidos por esta linha de interpretação sraffiana, que não é tão conhecido atualmente no Brasil.

Para Sraffa e para seus seguidores mais próximos, o papel central da teoria do valor em Marx é estritamente analítico e consiste apenas em permitir, a partir do excedente, determinado por um nível dado de salário real e os métodos de produção em uso e medido em trabalho abstrato (que Marx chamava de mais valia), a determinação coerente da taxa geral de lucros e, em seguida, dos preços de produção.

* O autor agradece aos professores Fernando Hugo Azcurra, Marcio Henrique Monteiro Castro, Carlos Medeiros e Eduardo Crespo (naturalmente sem implicar em responsabilidade quanto aos erros e omissões) por discussões sobre o tema e comentários a versões anteriores deste texto.

** Professor do Instituto de economia, UFRJ.

¹ Ver Steedman (1977), Garegnani (1974), Garegnani (1959). Esta crítica consiste na generalização e o aperfeiçoamento técnico de pontos levantados pouco após a publicação do volume III de O Capital (em 1894) por economistas matemáticos russos começando por Dmitriev em 1898 (Gherke(1998)), seguidos de Borktievcz em 1905 (Howard & King(1998)) e por Von Charasoff em 1910 (ver Kurz e Salvadori(1995, cap 13)).

Assim, a teoria do valor de Marx **não** postula que os preços de produção, preços que cobrem os custos de produção mais a taxa geral de lucros (e em torno dos quais os preços de mercado oscilam) seriam proporcionais à quantidade de trabalho abstrato direto e indireto socialmente necessária para a produção. A teoria do valor serve para calcular a taxa geral de lucro que será incorporada nestes preços de produção antes e independentemente da determinação destes, de modo a impedir um raciocínio circular e prover a base para a análise materialista e objetiva da geração, distribuição e evolução do excedente no tempo.

Na tradição Marxista há, no entanto, uma grande ênfase, raramente acompanhada de base textual sólida, sobre o suposto papel ético, histórico, filosófico (e até “contraditório”) da teoria do valor de Marx.² Por outro lado, muitos autores críticos de Marx falam também destes outros papéis da teoria, quando não a consideram inútil, puramente ideológica ou “metafísica”.³

No entanto, para seu correto entendimento, a teoria do valor de Marx deve, na visão sraffiana, ser pensada em termos de seu papel numa estrutura analítica baseada na idéia de excedente que Marx compartilhava com os economistas clássicos como Smith e Ricardo (o tema da seção II abaixo). E o caráter analítico (e não filosófico nem muito menos ético) do conceito de valor de Marx, como única fonte ou substância do valor, deve ser entendido (como veremos na seção III) a partir da idéia central de que o sistema de preços relativos apenas redistribui entre os setores em valor de troca, de acordo com as normas da concorrência, um excedente gerado na produção a partir do trabalho assalariado. No caso mais geral, este excedente se distribui não apenas como lucros nos diversos setores produtivos, mas também como lucro comercial, renda da terra e juros do dinheiro.

Além disso, para os sraffianos, o problema da teoria do valor de Marx não é que esta teoria seja “metafísica” ou coisa parecida e sim que, seja medindo o salário real e as condições técnicas de produção em trabalho ou em outras unidades técnicas, hoje sabemos que o uso da determinação simultânea e não seqüencial da taxa de lucro e dos preços de

²Atualmente tem crescido a influência de novas tentativas de resolver as questões da teoria de Marx em termos estritamente analíticos como, por exemplo, a abordagem do “sistema único temporal”, que não será discutida aqui. Críticas sraffianas a esta solução podem ser encontradas em Mongiovi (2002).

³ como, por exemplo, Joan Robinson (1979).

produção permite uma solução mais exata e válida sob condições muito mais gerais do que a alcançada por Marx à sua época (como veremos na seção IV).⁴

A interpretação sraffiana de Marx também nos permite analisar criticamente a idéia, comum à maioria dos autores da tradição Marxista, de que a teoria do valor trabalho não pode ser abandonada ou superada, pois implicaria no abandono de outras idéias importantes de Marx sobre temas como a “lei da tendência declinante da taxa de lucro” (discutida na seção V) ou do fetichismo da mercadoria e da exploração da força de trabalho (tratados na seção VI). A partir daí apresentamos um breve comentário sobre a posição do próprio Sraffa a respeito da teoria de Marx evoluiu ao longo do tempo (seção VII). Segue-se uma curta seção de observações finais (seção VIII). Um apêndice tenta mostrar como os conceitos econômicos utilizados por Marx são razoavelmente simples e em geral consistentes com a “contabilidade social” típica desta abordagem.

II. MARX E A ABORDAGEM CLÁSSICA DO EXCEDENTE: CONTINUIDADE E RUPTURA

O tipo de esclarecimento aqui proposto esbarra imediatamente na idéia muito difundida na tradição Marxista de que os conceitos de Marx nada teriam a ver com os dos economistas clássicos, pois haveria total ruptura e não continuidade entre Marx e os clássicos. Existe de fato tanto ruptura quanto continuidade. Mas quanto ao *instrumental analítico* para a análise econômica do “modo de produção” capitalista, a continuidade é seguramente o traço mais marcante. Não foi por outro motivo que Marx escreveu “Teorias da Mais Valia”, o planejado volume 4 de O Capital, que conta a evolução das teorias do excedente por mais de 150 anos desde William Petty, passando pelos fisiocratas, Smith e outros, até Ricardo e Sismondi⁵.

Por razões de espaço vamos nos limitar aqui a listar duas citações com a opinião do próprio Marx sobre este assunto. A primeira vem de uma carta à Weydemeyer de 5 de março de 1852:

⁴ Ver especialmente (Garegnani(1991))

⁵ Note que o título da obra é Teorias da Mais Valia (no plural) e não Teoria no singular. Certamente, não se chama Teorias do Excedente *versus* Teoria da Mais Valia.

"And now as to myself, no credit is due to me for discovering the existence of classes in modern society or the struggle between them. Long before me bourgeois historians had described the historical development of this class struggle and bourgeois economists, the economic anatomy of classes. What I did that was new was to prove:

- (1) that the existence of classes is only bound up with the particular, historical phases in the development of production
- (2) that the class struggle necessarily leads to the dictatorship of the proletariat.
- (3) that this dictatorship itself only constitutes the transition to the abolition of all classes and to a classless society.”

(fonte: Marxist Internet Archive - www.marxists.org)

Nesta passagem, Marx se refere ao trabalho tanto dos economistas clássicos quanto dos historiadores, também materialistas, da escola histórica escocesa e deixa claro, para o bem ou para o mal, em que consistiriam os elementos de continuidade⁶ e a ruptura de seu pensamento em relação a esta tradição.⁷

A continuidade está em analisar cada modo de produção a partir das forças básicas da tecnologia (forças produtivas) e relações de poder entre as classes (relações sociais de produção). Há continuidade também em analisar o funcionamento do modo de produção capitalista a partir do mesmo instrumental de “anatomia econômica” da abordagem clássica, onde o excedente que depende das relações de poder é distribuído em valor de troca entre as classes proprietárias pelo processo de concorrência intercapitalista. E a grande ruptura está na ideia de “endogeneizar” a passagem de um modo de produção a outro e descobrir as leis que dariam uma direção a este movimento evolutivo.

⁶ Ginzburg(1986) mostra que somente depois de perceber (influenciado por John Stuart Mill) a compatibilidade entre a abordagem clássica do excedente clássica com as questões do que depois passou a chamar de crises de realização de mais valia (e hoje chamamos de problema de demanda efetiva) é que Marx foi gradativamente adotando (e desenvolvendo) esta abordagem.

⁷ Esta carta é citada por Meek(1977) que chama atenção para a importância da escola escocesa de historiadores materialistas que estudavam a história da sociedade e a formação dos Estados a partir da evolução dos meios de subsistência e das relações de poder (e especialmente de propriedade) entre as classes sociais. Esta escola incluía, entre outros, John Millar, Adam Ferguson e o próprio Adam Smith (ver também Bharadwaj(1989)).

A segunda passagem que explica em detalhes o método de análise utilizado por Marx e foi escrita mais de vinte anos depois e vem do pós-fácio à segunda edição alemã do volume I do livro *O Capital*⁸:

"An excellent Russian translation of "Das Kapital" appeared in the spring of 1872. The edition of 3,000 copies is already nearly exhausted. As early as 1871, N. Sieber, Professor of Political Economy in the University of Kiev, in his work "David Ricardo's Theory of Value and of Capital," referred to my theory of value, of money and of capital, as in its fundamentals a necessary sequel to the teaching of Smith and Ricardo. That which astonishes the Western European in the reading of this excellent work, is the author's consistent and firm grasp of the purely theoretical position. That the method employed in "Das Kapital" has been little understood, is shown by the various conceptions, contradictory one to another, that have been formed of it."....

"Thus the *Paris Revue Positivist* reproaches me in that, on the one hand, I treat economics metaphysically and on the other hand — imagine! — confine myself to the mere critical analysis of actual facts, instead of writing receipts (Comtist ones?) for the cook-shops of the future. In answer to the reproach in the metaphysics, Professor Sieber has it: "In so far as it deals with actual theory, the method of Marx is the deductive method of the whole English school, a school whose failings and virtues are common to the best theoretic economists." (fonte: Marxist Internet Archive-www.marxists.org)

Nesta última passagem fica claro que Marx considerava e admitia, em uma obra publicada em 1873, que havia continuidade e não ruptura em relação à tradição clássica do excedente, no que diz respeito a "teoria do valor, da moeda e do capital". Mais adiante Marx transcreve uma longa passagem de I.I. Kaufman (da qual reproduzimos aqui só uma pequena parte ao final) sobre a parte de seu trabalho que, como vimos acima, seria totalmente diferente dos clássicos: o método de análise da mudança "endógena" dos modos de produção:

⁸ Eduardo Crespo, mestrando do IE-UFRJ me chamou à atenção a passagem acima, que é também citada por Mongiovi(2002). Em suas Notas sobre Adolph Wagner Marx também diz "Mr. Wagner could have familiarised himself with the difference between me and Ricardo both from *Capital* and from *Sieber's work* (if he knew Russian)."(fonte:www.marxists.org)

“The one thing which is of moment to Marx, is to find the law of the phenomena with whose investigation he is concerned; and not only is that law of moment to him, which governs these phenomena, in so far as they have a definite form and mutual connexion within a given historical period. Of still greater moment to him is the law of their variation, of their development, i.e., of their transition from one form into another, from one series of connexions into a different one.” ...

“But it will be said, the general laws of economic life are one and the same, no matter whether they are applied to the present or the past. This Marx directly denies. According to him, such abstract laws do not exist. On the contrary, in his opinion every historical period has laws of its own”.... “As soon as society has outlived a given period of development, and is passing over from one given stage to another, it begins to be subject also to other laws. In a word, economic life offers us a phenomenon analogous to the history of evolution in other branches of biology. The old economists misunderstood the nature of economic laws when they likened them to the laws of physics and chemistry. A more thorough analysis of phenomena shows that social organisms differ among themselves as fundamentally as plants or animals.”...

“...With the varying degree of development of productive power, social conditions and the laws governing them vary too.... The scientific value of such an inquiry lies in the disclosing of the special laws that regulate the origin, existence, development, death of a given social organism and its replacement by another and higher one. And it is this value that, in point of fact, Marx’s book has.”

Logo em seguida, o próprio Marx conclui:

“Whilst the writer pictures what he takes to be actually my method, in this striking and [as far as concerns my own application of it] generous way, what else is he picturing but the dialectic method?”

(fonte:www.marxists.org)

O que mostra, confirmando a carta citada mais acima, que a novidade ou ruptura do método de Marx vinha do fato dele acreditar ter encontrado as leis da evolução dos organismos sociais (o que segundo Kaufman e Marx os economistas clássicos e os historiadores não haviam feito).

E é esta análise evolucionária e não uma misteriosa nova lógica filosófica onde supostamente 2+2 pode ser 5 e as coisas podem “ser e não ser mesmo tempo”⁹ que Marx chama de “meu método dialético”. Este método evidentemente *pressupõe* que a análise teórica de um importante momento desta evolução, que é o capitalismo, seja feita utilizando “the deductive method of the old English school” de forma consistente.

III. A TEORIA DO VALOR DE MARX: INTERPRETAÇÃO

Antes de tudo é necessário ressaltar que o argumento abaixo diz respeito apenas à teoria do valor de Marx. Que Marx atribuía importância histórica, filosófica e até ética ao conceito de trabalho não resta dúvida. No entanto, nosso ponto central é que isso nada tem a ver diretamente com sua teoria do valor, que mede *quantitativamente* o produto e o excedente em trabalho abstrato apenas na economia mercantil “simples”¹⁰ e capitalista. A teoria do valor é um instrumento da análise deste tipo específico de economia. Quando Marx fala que o trabalho abstrato é a substância e única fonte do valor ele simplesmente está dizendo que cada mercadoria medida em trabalho incorporado direto e indireto abstrato contribui para a soma total de valor da economia que Marx usa para determinar a taxa de lucro independentemente (e “antes”) de calcular os preços relativos.

Nas palavras do próprio Marx no volume 3: “the determination of value is the primary factor, antecedent to the rate of profits and to the establishment of production prices”¹¹

Aqui é importante ressaltar um aspecto bem simples, mas frequentemente esquecido. Para Marx os preços de produção relativos em geral *não* são proporcionais ao

⁹ Para casos limites deste tipo de interpretação, segundo o qual até os conceitos econômicos de Marx são baseados numa “dialética” que não é só evolucionista e sim englobaria uma suposta “lógica da contradição” ver Gianotti (2000). Na mesma linha, seguindo esta nova “lógica” onde seria válido dizer coisas do tipo “...o valor não é, mas ao mesmo tempo ele é” ver Fausto (1982, p. 112). Curiosamente, estas interpretações parecem ter tido forte influência sobre economistas críticos no Brasil.

¹⁰ A rigor uma economia capitalista com a taxa de lucro suposta abstratamente igual a zero.

¹¹ no Volume III, citado por Vianello (1987).

valor ou às quantidades de trabalho abstratas. Como as composições orgânicas (razões entre capital constante e variável) dos diversos setores podem ser (e segundo Marx são) bem diferentes entre si e em condições de livre concorrência a taxa de lucro que entra no cálculo dos preços de produção é uniforme, o desvio dos preços em relação aos valores é a norma - e não a exceção - e não tem porque ser pequeno. Ricardo é quem considerava os desvios pequenos.¹² Para Marx, o ponto é que o valor não era usado para determinar diretamente os preços de produção e sim para determinar a taxa geral de lucro do sistema. Marx acreditava que os desvios, no agregado (e apenas no agregado) se compensavam de tal forma que a soma dos valores era igual à soma dos preços de produção (medidos em trabalho) e a soma das mais valias era igual à soma dos lucros (ao menos num esquema simples onde não se considera renda da terra ou juros, etc. e toda a mais valia vai para os lucros). Essa redistribuição do excedente medido em trabalho abstrato pelo sistema de preços a partir da regra da taxa de lucro uniforme é o que Marx chamava de “transformação” de valores em preços. Não falava em “problema” da transformação, pois acreditava que o procedimento, embora pudesse ser aperfeiçoado, estava basicamente correto.¹³

Formalmente, com apenas dois setores teríamos (com os mesmo símbolos em minúsculas para cada setor i):

$$s_i = t_i^v - v_i$$

$$r = (s_1 + s_2) / (c_1 + c_2 + v_1 + v_2)$$

e

$$p_1 = (1 + r) (c_1 + v_1)$$

$$p_2 = (1 + r) (c_2 + v_2)$$

A maior parte dos analistas não dá devida importância a esta questão de que os lucros de cada setor serem vistos como a redistribuição da mais valia agregada. Contudo, este é o ponto crucial de sua teoria do valor.¹⁴ Para Marx, não havia contradição entre o Volume 1 de “O Capital”, onde era suposto para simplificar que os preços de produção

¹² Desta forma, na realidade o Professor Anwar Shaikh (e não os economistas associados a Sraffa) é um verdadeiro “neoricardiano”. Ver Shaikh (1998).

¹³ Como mostra Steedman (1977, p. 31-2), Marx em pelo menos três passagens do Volume 3 menciona que as mercadorias usadas como insumos também deviam ser medidas em preços de produção e não em valores, mas acreditava que isto não faria diferença no agregado. Note que seguindo esta sugestão de Marx se chega diretamente, como Dmitriev e Borktievcz rapidamente chegaram, até a idéia da necessidade de uma determinação simultânea (e não seqüencial) da taxa de lucro e dos preços de produção.

¹⁴ Ver Garegnani (1991), Vianello (1987, 1998) e Petri (1998). Como nota Ginzburg (1985) Marx chegou a este importante resultado em 1858 (bem antes da publicação do Volume 1 em 1867).

eram iguais aos valores, e o Volume 3, onde Marx mostrava os desvios. Isso porque, no agregado, Marx acreditava que não fazia a menor diferença, senão não teria escrito o Volume 1 da forma que fez. Os Volumes 1 e 2 tratavam basicamente do movimento do capital em geral e da produção e realização do excedente (mais valia) agregado, e não dos detalhes da concorrência que distribuía este excedente entre os diversos capitais específicos, o que era o objeto explícito do Volume III ¹⁵

Marx diz numa carta para Engels de 2 de Agosto de 1862 (cerca de 5 anos antes da publicação do Volume 1):

“If the *total capital* (400) of the *class* be considered, the profit rate would be = 13 3/4 p.c. And capitalists are brothers. As a result of competition (**transfer of capital or withdrawal of capital from one trade to the other**), capitals of *equal* size in **different trades, despite their different organic compositions, yield the same average rate of profit**. In other words, the **average** profit, which **F.I. a capital of £100 yields in a certain trade**, it yields, not as a capital specifically applied to the same nor, therefore, in the proportion in which it of itself produces **surplus value**, but as an *aliquot part* of the total capital of the capitalist class. It is a **share** the dividend on which will be paid in proportion to its size out of the total amount of the **surplus value** (or unpaid labour) produced by the total variable (laid out in wages) capital of the class.” [todas as ênfases no original]

Fonte www.marxists.org)¹⁶

Assim, por exemplo, toda a idéia de Marx de que era possível provar que a troca entre capital e trabalho era uma troca de equivalentes (igual valor) e mesmo assim surgia um excedente (a mais valia) estava baseada nesta idéia da compensação agregada. Note que

¹⁵ Garegnani & Petri (1989) mostram que foi o economista neoclássico Bohm Bawerk que dizia haver uma “contradição” entre a análise do Volume 1 em valores e do Volume 3 em preços de produção mas este autor não consegue apontar exatamente qual seria o erro no procedimento de Marx. Mostram também que a resposta defensiva e em termos “qualitativos” à crítica por parte de Hilferding é que dá início às interpretações, dentro da tradição Marxista, que enfatizam supostos aspectos filosóficos e até éticos no conceito de valor em Marx.

¹⁶ Incidentalmente, para os que duvidam que Marx estivesse tratando exatamente do mesmo problema analítico dos economistas clássicos vale notar que a carta continua assim: “...The price so regulated = **the expenses of capital, + the average profit (F.I. 10 p.c.)**, is what Smith called the **natural price, cost price**, etc.. It is the **average price** to which competition between **different trades** (by **transfer of capital or withdrawal of capital**) reduces the prices in **different trades**” (ênfases no original).

mesmo que os preços de produção das mercadorias que constituem a cesta de consumo dos trabalhadores estivessem, por exemplo, acima dos seus valores, isto não invalida que, no agregado, a troca entre capital e trabalho seja uma troca de equivalentes, pois isto seria compensado com os preços do capital constante estarem abaixo dos valores na mesma proporção de forma que a mais valia agregada seria sempre igual à diferença entre o valor do produto do trabalho agregado e o valor da força de trabalho agregado.

... the average rate of profit depends on the level of exploitation of labor as a whole by capital as a whole. (Volume 3, p. 299, citado por Moseley (2000))

Infelizmente para Marx, esta idéia de que a mais valia surge da troca de equivalentes não tem a força que ele gostaria, mesmo que o procedimento de transformação fosse correto e a compensação fosse exata do ponto de vista quantitativo. Isto pelo motivo simples de que a força de trabalho, que Marx chama de mercadoria “especial”, não é a rigor uma mercadoria de acordo com a própria definição de mercadoria de Marx. Então isto implica, entre outras coisas, que só é mercadoria aquilo que é produzido para o mercado com objetivo de obter valor de troca. Evidentemente a força de trabalho não é “produzida nestas bases”, ao contrário das demais mercadorias. A rigor teríamos que dizer que a força de trabalho teria um “custo em valor” para os capitalistas, mas não um valor propriamente dito como as outras mercadorias.¹⁷

De qualquer forma, também quando Marx fala do que hoje chamamos de problema de demanda efetiva ele se refere ao problema da realização da mais valia e não dos lucros, pois este é um problema macroeconômico que diz respeito à realização do total de lucros do sistema e não do lucro de um setor ou firma em particular.

Infelizmente, a maior parte dos autores da tradição Marxista parece, no afã de atribuir ao procedimento de transformação de Marx significados éticos, históricos ou até filosóficos, entender a idéia em si bastante simples que o excedente (medido em trabalho) determinado pelas técnicas socialmente necessárias e o nível do salário real (medido pelo

¹⁷ ver DeVivo (1987), Steedman (1982), Garegnani & Petri (1989). Esta questão é discutida também pelo autor deste trabalho em Lopes & Serrano (1986) e Mello & Serrano (1997). Nestes dois últimos textos, no entanto, há o problema de ter sido seguida uma interpretação equivocada de que haveria duas definições alternativas de valor da força de trabalho em Marx quando só existe uma – aquela discutida no presente texto (a crítica aos autores da tradição marxista que de fato usam a tal outra interpretação, creio, permanecer válida).

valor da força de trabalho) é distribuído entre os diversos capitais e as diversas formas de renda da propriedade através do processo de concorrência. Uma rara exceção se encontra num texto de Fred Moseley (2000) que curiosamente não lista nenhum texto sraffiano em sua bibliografia e afirma que sobre a relação entre o Volume 1 e 3 de O Capital “little or nothing is said” pelos “Neo-Ricardians” (Moseley (2000, p.4)). De qualquer maneira, seu trabalho é muito útil pois seu objetivo é mostrar que “the main subject of Volume 3 of Capital is the distribution of surplus value, ..., first into equal rates of profit across branches of production and then the further division of surplus-value into commercial profit, interest, rent”....”The paper argues further that Marx’s analysis of the distribution of surplus-value is based on the fundamental premise that the total amount of surplus value has already been determined by the prior analysis of Volume 1. The main question in Volume 3 is how this predetermined total amount of surplus value is divided up into its component parts. The division...does not in any way affect the magnitude of the total surplus value (Moseley (2000, p.1)).” Esta é exatamente a interpretação sraffiana da relação entre o Volume 1 e 3 conforme se encontra em Garegnani (1959, 1974, 1991, Garegnani & Petri (1989), Vianello (1987), Petri (1998), entre outros.¹⁸

A despeito disso, o artigo de Moseley é mais do que bem vindo, pois nos provê por uma via mais do que insuspeita grande quantidade de passagens (grande mesmo, são 71 passagens num texto de 32 páginas) que confirmam que a interpretação de Sraffa (e de Moseley), ao contrário de outras que falam de uma suposta “contradição” entre o Volume III e o Volume I, é apoiada por abundante e precisa base textual na obra de Marx.

À guisa de ilustração, vamos listar algumas delas abaixo. Marx fala explicitamente que toma a mais-valia como dada, no momento de determinar a taxa geral de lucros:

“When in general we speak of profit or the rate of profit, then surplus-value is supposed to be given. The influences therefore which determine surplus-value have all operated. This is

¹⁸ O único problema do texto é que Moseley (200, p.15) súbita e arbitrariamente afirma que se a interpretação dele da **relação** entre o Volume 1 e o 3 for aceita, então tudo o que ele afirmou em outros trabalhos seus sobre o Volume 1, e em particular sua peculiar interpretação de que Marx tomaria como dado para o cálculo da mais valia total grandezas monetárias nominais e não o salário real e os métodos de produção, seria correta. Ravagnani (2005) faz a crítica a esta interpretação “macro-monetária” de Marx do ponto de vista sraffiano mostrando que esta não apenas carece de base textual em Marx como também pressupõe hipóteses contraditórias

the presupposition”. (Theories of Surplus Value, III, 228, ênfases no original) [fonte: Moseley (2000)]

“If the limits of value and surplus-value are given, it is easy to grasp how the competition of capitals transforms values into prices of production and still further into commercial prices, transforming surplus-value into average profit. But without these limits, there is absolutely no way of seeing why competition should reduce the general rate of profit to one limit rather than to another, to 15 per cent instead of 1,500 per cent”. (Capital, III, 429) [fonte: Moseley (2000)]

Marx também diz que é necessário mostrar que o total do lucro¹⁹ é igual ao excedente de trabalho “não pago”:

“Profit is for us first of all only another name or another category of surplus value. As owing to the form of wages, the whole of labor appears to be paid for, the unpaid part of labor seems necessarily to come not from labor but from capital, and not from the variable part of capital but from capital as a whole. In this way surplus value assumes the form of profit, without any quantitative difference between the one and the other”. (Selected Correspondence, 191-92) [fonte: Moseley (2000)]

Marx explica também que a mais valia é o excedente agregado que, dividido pelo capital também agregado nos dá a taxa geral de lucro²⁰:

“The equalization of the surplus-values in the different spheres of production does not affect the absolute size of this total surplus-value; but merely alters its distribution among the different spheres of production. The determination of this surplus-value itself, however, only arises out of the determination of value by labor-time”. (Theory of Surplus Value, II, 190-91)

“(The general) rate of profit ... can be nothing else but the surplus value produced (annually) by the capitalist class in relation to the total capital advanced by society as a

¹⁹ no caso simples em que se ignora renda da terra, juros e lucro comercial.

²⁰ Ver também a carta para Engels citada acima.

whole. For instance, if the social capital = 400c + 100v and the surplus value annually produced by it = 100s, then ... the rate of profit is 20 per cent. This is the general rate of profit". (Selected Correspondence, 193, ênfases de Marx)

"The average rate of profit is nothing other than the total surplus-value related to and calculated on this total capital". (Marx Engels Collected Writings, 33, 104)

[fonte: Moseley (2000)]

Marx também examina no Volume 3 casos mais gerais onde, além do lucro obtido na produção de bens materiais, existiria capital comercial (e portanto a necessidade de distinguir os preços de produção no atacado e no varejo) e a renda da terra. Vejamos resumidamente como Marx trata estas extensões de seu argumento.

No caso do capital comercial, Marx não considera que o setor de comércio produza mais valia. Portanto os trabalhadores do setor são improdutivos e os lucros dos capitalistas comerciais são o que Marx chamava de "lucro de alienação", resultante apenas da venda de um produto por um preço acima do qual foi comprado. Coerentemente com isto, Marx considerava que a introdução do setor comercial levava a um aumento do capital social, mas sem aumento correspondente da massa de mais valia gerada. Logo, a taxa geral de lucros de todos os capitalistas (inclusive os comerciantes) seria necessariamente menor do que se não houvesse este setor e tão menor quanto maior fosse a proporção do capital comercial (K^c) sobre o capital social total (ver Moseley (2000) e Garegnani (1999)). Neste caso a taxa geral de lucros seria dada por:

$$T_v - V = r.(C + V) + r(K^c)$$

$$r = (T_v - V) / (C + V + K^c)$$

Quando acrescentamos a distinção entre capital que rende juros e capital produtivo é importante assinalar que Marx foi um dos primeiros autores a considerar que a taxa de juros é um fenômeno estritamente monetário determinada nos mercados de empréstimos e sujeita a uma série de influências políticas e institucionais (Pivetti (1991), Moseley (2000)). Desta forma, Marx considerava que a taxa geral de lucros não determinava a taxa de juros, mas era apenas seu limite superior. Abaixo deste limite, a divisão entre os lucros líquidos do empreendimento ("net profit of enterprise") e os juros dependeriam do valor da taxa de

juros, que não estaria sujeita a nenhuma lei geral. Marx não considerava que o grau de endividamento afetasse a divisão entre lucros e juros, pois a rigor:

“all capital, whether borrowed or not, is differentiated as interest bearing capital from itself as producing a net profit...The employer of capital, even when working with his own capital, splits into two personalities-the owner of capital and the employer of capital; with reference to the categories of profit which it yields, his capital also splits into capital-property, capital outside the production process, and yielding interest of itself, and capital in the production process which yields a profit of enterprise through its function...the profit of enterprise springs from the function of capital in the reproduction process...But to represent functioning capital is not a sinecures, like representing interest-bearing capital”. (Capital, III, p. 372,375 e 380)

[citado por Pivetti (1991)]

Assim, Marx distingue sempre no lucro bruto o que seriam os juros enquanto pagamento de dívida ou custo de oportunidade e o que seriam os lucros líquidos do empreendimento (que, como dizia Ricardo, provia do maior “risk and trouble” das atividades produtivas). Chamando a taxa de juros de i e a de lucro líquido do empreendimento de n temos agora:

$$r = n + i$$

$$T_v - V = (n + i)(C + V) + (n + i)(K^c)$$

$$n + i = (T_v - V) / (C + V + K^c)$$

Se formos incluir também a renda da terra é necessário em primeiro lugar distinguir a renda diferencial, que provém do fato dos produtores estarem usando terras de melhor qualidade com custos menores do que a quantidade de trabalho socialmente necessária para atender à “necessidade social” (demanda efetiva setorial), da “renda absoluta” que viria apenas do poder de barganha, inclusive político da classe proprietária (e que Marx de uma forma muito peculiar associava ao fato de que a agricultura tinha uma composição orgânica menor que a dos demais setores, mas isto não nos vem ao caso aqui). No caso da renda diferencial a taxa geral de lucros não seria afetada, pois o montante geral de mais valia era calculado levando em conta apenas as condições de produção “socialmente necessárias”, ou

seja, os métodos de produção difundidos para cultivar a terra na margem de cultivo necessária para atender a demanda efetiva. Já no caso da renda absoluta, esta acabava sim reduzindo a taxa geral de lucros, pois se tratava da apropriação do excedente gerado na produção (como se fosse um imposto sobre os lucros). Chamando a total de renda absoluta da terra paga de X, teríamos então:

$$r = n + i$$

$$T_v - V - X = (n + i)(C + V) + (n + i)(K^c)$$

$$n + i = (T_v - V - X) / (C + V + K^c)$$

Um resumo excelente desta teoria da renda se encontra na carta para Engels de 2 de Agosto de 1862, que foi citada em parte acima. Para outras passagens de Marx a respeito ver Moseley (2000)²¹.

Vemos então que tanto os sraffianos quanto Moseley concordam que ao longo do Volume 3 o montante de mais valia total discutido no Volume 1 é redistribuído de várias formas mas sem sofrer alteração em seu volume pela barganha e concorrência (ou ausência dela se for o caso de incluir monopólios, etc.) entre os diversos tipos de proprietários.

As implicações principais desta análise seriam que , mesmo quando as composições orgânicas fossem **diferentes** entre os setores e portanto os preços de produção de cada setor fossem diferentes dos seus valores : a) dada a tecnologia, existiria uma relação inversa entre o salário real e a taxa geral de lucros no sentido amplo de valor de troca do excedente total , de onde derivam todas as remunerações das classes proprietárias, sobre o valor de troca do capital social ; e b) a “lei do valor” continuaria válida : inovações que reduzissem a quantidade de trabalho direta e indiretamente necessária para a produção num dado setor reduziriam o seu preços de produção relativo.

A seguinte passagem confirma que estes eram os resultados que Marx buscava:

“Como quiera que estivessem regulados los precios, resulta lo siguiente:1) la ley del valor rige su movimiento, al hacer que la disminución o aumento del tempo de trabajo requerido para producción haga aumentar o disminuir los precios de producción..2) La ganancia media que determina los precios de produccion siempre debe ser aproximadamente igual a

²¹ Note, no entanto, que Moseley (2000) não distingue renda absoluta e renda diferencial, dando a entender erradamente que a renda diferencial também diminuiria diretamente a taxa geral de lucro.

la cantidad de plusvalor que corresponde a un capital dado como parte alicuota del capital social global” (Vol 3, p. 227, citado em Azcurra & Fiorito(2005))

IV. A TEORIA DO VALOR DE MARX: CRÍTICA CONSTRUTIVA

O problema da teoria do valor e da taxa de lucro de Marx esta no fato de que a taxa de lucro agregada calculada em termos de valor (trabalho abstrato) na realidade não permite o cálculo exato da taxa de lucro normal e dos preços de produção, já que os desvios entre valor e preços de produção e lucros e mais valia em geral não se compensam, ao contrário do que Marx pensava.

Isto ocorre por dois motivos já bem conhecidos: 1) nem os meios de subsistência nem os meios de produção são comprados ou vendidos em proporção a seus valores e sim aos preços de produção, o que implica na necessidade de se determinar simultaneamente e não sequencialmente a taxa de lucro e os preços de produção; 2) a rigor somente as condições de produção dos setores que produzem direta ou indiretamente os bens consumidos pelos trabalhadores (e outros insumos básicos de uso difundido) afetam a taxa de lucro e os preços relativos dos bens salário (básicos, na linguagem de Sraffa). As condições de produção dos setores produtores de bens “de luxo” (ou não básicos em geral) não afetam nem a taxa geral de lucros, nem os preços relativos dos setores básicos. Estes problemas foram detectados há muito tempo por autores como Bortkiewicz, Dmitriev e Von Charasoff, anteriores a Sraffa.²²

O que o próprio Sraffa fez, na realidade, apesar de que ao que tudo indica ele chegou inicialmente a estes resultados independentemente, foi apenas corrigir algumas imprecisões dos críticos anteriores e generalizar e esclarecer as relações entre preços de produção e o excedente medido de diferentes formas. O resultado foi que Sraffa pode confirmar sob condições bem mais gerais do que os autores citados acima que, embora o procedimento de transformação de Marx não dê o resultado exato, suas idéias de que dados o salário real e as condições técnicas de produção seria possível determinar tanto a taxa de lucros quanto os preços de produção e de que haveria uma relação inversa entre taxa de lucros e o nível do salário real, assim como de que reduções nos coeficientes de trabalho diretos ou indiretos reduzem os preços de produção relativos de uma mercadoria, podem sim ser demonstradas rigorosamente.

²² Ver referências da nota 1 acima..

Na tabela 1 abaixo ilustramos as semelhanças e diferenças entre o procedimento de Marx, de Sraffa e de vários outros autores da abordagem clássica do excedente para a determinação da taxa geral de lucros e dos preços de produção (relativos) do sistema. Notem que existem duas maneiras possíveis de se medir o excedente (em trabalho ou em quantidades físicas de mercadorias) e basicamente dois procedimentos alternativos de cálculo, o seqüencial (como o de Marx e Ricardo em 1815) e o simultâneo (usado por Sraffa entre outros). Chama a atenção como, no que é essencial em significado econômico, as semelhanças são muito maiores que as diferenças, ao contrário do que a imensa maioria dos autores da tradição Marxista afirmam.²³

TABELA 1

SALÁRIO REAL E MÉTODOS DE PRODUÇÃO EM USO,		
MEDIDOS EM	DETERMINAM TX DE LUCRO E PREÇOS RELATIVOS	AUTOR
MERCADORIAS	SEQUENCIALMENTE	RICARDO (TRIGO)
TRABALHO	INDEPENDENTEMENTE	RICARDO (PRINCÍPIOS)
TRABALHO	SEQUENCIALMENTE	MARX
TRABALHO	SIMULTÂNEAMENTE	DMITRIEV BORKTIEWCZ GAREGNANI SRAFFA
MERCADORIAS	SIMULTÂNEAMENTE	VON CHARASOFF SRAFFA

²³ É importante ressaltar que uma parte da culpa vem de alguns autores sraffianos que nem sempre distinguem com clareza sua crítica a Marx, que usava a teoria do valor para determinar a taxa geral de lucros da crítica aos Marxistas que tentam de alguma forma explicar os preços relativos (entre muitas outras coisas) diretamente em termos de trabalho incorporado. O exemplo mais conhecido desta ambigüidade, conforme apontado por Garegnani (1991) é Steedman (1977). Comparem nossa tabela 1 com a figura 1 de Steedman (1977, p. 40), que considera que os valores são derivados dos dados da produção física e do salário, em vez de serem apenas uma das formas de medir estes dados (coeficientes de trabalho são tão físicos quanto coeficientes de outros produtos). Note que em Steedman (1977) o título dos capítulos onde o tema é tratado (3 e 4) contém a expressão “Value, Price and Profit” quando para Marx, segundo Sraffa e os demais sraffianos, a expressão correta deveria ser “Value, Profit and Price”.

V. A TEORIA DO VALOR DE MARX E A “LEI DE TENDÊNCIA”

Autores da tradição Marxista com frequência argumentam que a “lei de tendência da queda da taxa de lucro” deve ser abandonada se não aceitarmos a teoria do valor trabalho e seguirmos a trilha de Sraffa. Infelizmente há aqui uma confusão grave sobre algo bem simples. A impossibilidade, em condições de livre concorrência, da taxa de lucro cair com o progresso técnico é geral e *não* depende do procedimento de transformação de Marx ser exato ou não. A rigor, mesmo que todas as composições orgânicas de todos os setores fossem iguais e que, portanto os preços de produção fossem em todos os setores sempre iguais aos valores, *não* seria possível demonstrar a “lei de tendência”.

O motivo desta contradição é extremamente simples e é curioso o quão pouco tem sido compreendido. O ponto central da teoria de Marx da escolha das técnicas em condições competitivas é que a nova técnica só é adotada se gera lucros anormais (“superlucros” na terminologia de Marx) para o inovador aos preços de produção inicialmente vigentes (que vamos supor iguais aos valores). Desta forma, somente se a partir de uma nova técnica for possível vender a mercadoria por um valor igual ou menor ao valor corrente também e ao mesmo tempo ter custos TOTAIS em valor ($c^b + v^b$) *inferiores* aos da técnica já em uso, os capitalistas irão adotá-la, independentemente de sua composição orgânica (c^b/v^b) ou do efeito que sua adoção poderia ter posteriormente sobre a taxa geral de lucros da economia como um todo, que evidentemente não é levado em conta por quem está inovando.

Ao mesmo tempo, para a taxa geral de lucro cair seria necessário que os custos totais em valor da nova técnica em relação ao novo valor do produto fossem **superiores** aos custos da técnica anterior. Só que se esta segunda condição ocorre evidentemente não é possível que esta nova técnica gere superlucros quando a antiga estiver em uso. Ao contrário, quem a adotar obterá uma taxa de lucro inferior à taxa geral de lucros vigente. Mesmo que por um improvável descuido todos os capitalistas adotassem a nova técnica e então a taxa geral de lucro caísse, teríamos que cada capitalista individual teria um incentivo a retornar à velha técnica, pois esta necessariamente, por ter custos menores em valor, estaria gerando superlucros numa economia onde todos usassem a técnica nova.

Assim, embora nada impeça que surja uma nova técnica que utiliza relativamente menos capital variável e proporcionalmente mais capital constante, esta nova técnica só será adotada pelos capitalistas se o custo total dela ($c+v$) não for superior ao da técnica já em uso, sob pena dos superlucros serem negativos. Portanto, somente técnicas de menor custo total geram superlucros e serão adotadas. No entanto, seja qual for sua composição orgânica, novas técnicas com menor custo total em valor não podem reduzir a taxa geral de lucros do sistema.²⁴

Este raciocínio simples e geral é conhecido há mais de 40 anos com o nome de “teorema de Okishio”²⁵, embora tenha sua origem em Tugan, Baranovski e Borktievcz há pelo menos 100 anos. Não depende da natureza dos desvios dos preços de produção em relação aos valores nem de nenhum resultado específico obtido por Sraffa (1960).

O problema, que muitos autores da tradição marxista não percebem, é que a “lei de tendência” *não* é uma dedução correta da própria teoria do valor trabalho, pois não funciona mesmo no caso em que esta última nos desse soluções exatas. Logo, a lei de tendência não pode ser mantida nem no caso em que os desvios se compensem ou sejam pequenos e nem mesmo (como vimos) quando os preços de produção são iguais aos valores. A “lei” é simplesmente uma dedução incorreta. O resultado da queda da taxa geral de lucro com o progresso técnico, para um dado nível do salário real, não pode ser deduzido logicamente, nem da teoria de Marx nem da de Sraffa, e a “lei de tendência” deveria, portanto, ser abandonada de qualquer maneira.

É importante notar, no entanto, que o argumento de Marx sobre a transitoriedade histórica do capitalismo foi formulado antes e independentemente das notas dele sobre a “lei de tendência”, baseado no acirramento da luta de classes, nas contradições referentes às crises e problemas de realização da mais valia, à luz da idéia de que em algum ponto as relações sociais de produção do capitalismo se tornariam um entrave ao desenvolvimento das forças produtivas, etc. A validade ou não destas idéias em nada depende do progresso técnico ser capaz de reduzir a taxa geral de lucros (Garegnani (1998)).

²⁴ Formalmente temos que, chamando as duas técnicas de a e b , se os custos unitários da técnica a forem menores que os da técnica b : $(c^b+v^b)/t^b < (c^a+v^a)/t^a$, então necessariamente: $t^b/(c^b+v^b) > t^a/(c^a+v^a)$ e como, por definição $t/(c+v) = (1+r)$, então $r^b > r^a$.

²⁵ Ver Bresser Pereira (1986), que defende a lei e Steedman (1977, cap. 9).

VI. FETICHISMO E EXPLORAÇÃO

Vários autores da tradição Marxista afirmam também que, se a teoria do valor trabalho de Marx estiver errada, caem igualmente por terra vários outros aspectos “qualitativos” da análise de Marx sobre o “fetichismo da mercadoria”, a “exploração” da força de trabalho etc. Em primeiro lugar é importante analisar se por teoria do valor trabalho de Marx se entende a idéia (que Marx rejeita explicitamente) de que os preços de produção seriam iguais aos valores ou a análise de Marx sobre a determinação da taxa geral de lucro e dos preços de produção. Como as conclusões gerais (embora não o procedimento formal usado por Marx) da análise de Marx da taxa de lucros e dos preços relativos em grande parte se mantêm e foram, na realidade, generalizadas por diversos autores e por Sraffa, a análise de Marx daqueles aspectos “qualitativos” do capitalismo não esbarra, portanto, em obstáculos vindos da análise dos aspectos “quantitativos”, embora evidentemente possa estar errada por outras razões.

A análise de Marx do “fetichismo da mercadoria” está relacionada à questão da natureza e particularidade da divisão social do trabalho em uma economia produtora de mercadorias que é necessariamente monetária. Estas características, segundo Marx, a tornam sujeita à “anarquia da produção”, vinda da falta de coordenação entre as decisões dos produtores individuais e das “crises de realização”, decorrentes do que hoje em dia chamamos de problema de demanda efetiva. É difícil compreender porque a validade deste tipo de argumento seria afetada pelo fato de que os desvios dos preços de produção em relação aos valores não se compensam exatamente, ou por se admitir que o progresso técnico em setores que produzem apenas bens de luxo para os capitalistas não faz aumentar a taxa geral de lucro normal do sistema.²⁶

Quanto a questão da exploração do trabalho sob o capitalismo, o importante é ressaltar que Marx não tinha em boa conta a idéia de que a teoria do valor trabalho tinha como objetivo provar que os trabalhadores eram explorados para justificar eticamente o socialismo:

²⁶ Ver Garegnani (1998) e Garegnani & Petri (1989).

“According to Mr. Wagner, Marx's theory of value is the *cornerstone of his socialist system*” (p. 45). “Since I have never established a ‘*socialist system*’, this is a fantasy of Wagner, Schäffle *e tutti quanti*”. .[Marx, Notes on Alfred Wagner, 1881, p.45]

fonte: www.marxists.org

Marx também recusava a idéia de que o papel de sua teoria do valor era fazer uma “contabilidade ética da exploração” para medir o lucro como “roubo”, que ele aliás associava aos “socialistas utópicos”, a quem não tinha em boa conta.

“What a ‘*subtraction from the worke*’ is, subtraction of his skin, etc., is not evident. At any rate, in my presentation even, ‘profit on capital’ is in actual fact *not* ‘a *subtraction* from, or robbery of, the worker’. On the contrary, I depict the capitalist as the necessary functionary of capitalist production and demonstrate at great length that he not only “subtracts” or ‘*robs*’ but enforces the *production of surplus value*, thus first helping to create what is to be subtracted; what is more, I demonstrate in detail that even if *only equivalents* were exchanged in the exchange of commodities, the capitalist—as soon as he pays the worker the real value of his labour-power—would have every right, i.e. such right as corresponds to this mode of production, to *surplus-value*. But all this does not make ‘profit on capital’ the ‘*constitutive*’ element of value but only proves that the value which is not ‘*constituted*’ by the labour of the capitalist contains a portion which he can appropriate “legally,” i.e. without infringing the law corresponding to the exchange of commodities.[Marx, Notes on Alfred Wagner, 1881, p.45]

fonte: www.marxists.org

Marx usou a teoria do valor para determinar a taxa geral de lucros e os preços de produção. Isto talvez fique mais claro se notamos que, como vimos acima, Marx considerava mesmo os trabalhadores assalariados e, portanto sujeitos às relações sociais de produção capitalista que trabalhavam em alguns serviços, como no setor de comércio por exemplo, como “improdutivos”. Neste caso este setor e, portanto, seus trabalhadores não contribuía para a geração de mais valia. No entanto, é altamente improvável que Marx

achasse que os comerciários, por exemplo, não eram “explorados” no sentido ético ou político.

Dificuldades adicionais sobre a idéia do valor em Marx como tendo o objetivo de uma “contabilidade ética” da exploração vem do fato de que os valores são calculados em termos de trabalho abstrato que refletem, para uma dada estrutura de salários relativos, as condições técnicas dominantes, inclusive no que diz respeito ao ritmo e intensidade do processo de trabalho. Isso implica que, se interpretados no sentido ético, Marx estaria dizendo que um trabalhador que ganha vinte vezes mais que outro e assim gera dez vezes mais valor em termos de trabalho abstrato seria tão “explorado” quanto o seu colega mais pobre, pois a taxa de mais valia é constante por construção, dada a jornada de trabalho, a técnica e os salários relativos. Da mesma forma trabalhadores mais fracos fisicamente (mulheres, crianças, doentes) ou menos hábeis que demorassem mais tempo para executar o mesmo trabalho do que a norma social embutida nas técnicas dominantes (socialmente necessárias) e baseadas na força e capacidade padrão de trabalhadores típicos, não seriam considerados mais explorados do que os outros, pois estariam produzindo todos a mesma quantidade de valor em termos de trabalho abstrato (o que se choca frontalmente com a análise do volume I de O Capital sobre o trabalho feminino e infantil nas fábricas inglesas).²⁷

Parece mais razoável pensar que a idéia de “exploração” em Marx vem da análise geral de como as classes proprietárias têm, no capitalismo, o poder de se apropriar do excedente sobre o salário correspondente ao poder de barganha da classe trabalhadora. Não é claro porque a validade desta análise dependeria crucialmente de qual é a unidade que foi escolhida para medir o excedente. Por outro lado, parece claro que uma condição mínima necessária para uma análise deste tipo é a de que se obtenha uma determinação consistente da taxa geral de lucro e dos preços relativos. Por exemplo, numa sociedade não mercantil e feudal onde o excedente pode ser apropriado diretamente de seus produtores, seja como a obrigação do servo trabalhar algumas horas para o senhor ou de lhe entregar parte da produção, não há menor necessidade deste tipo de análise, pois as relações de poder entre as classes afetam diretamente a distribuição do produto físico (valores de uso). Além disso,

²⁷ Paradoxos maiores ocorrem quando se tenta, como alguns autores da tradição marxista tentaram, estender a análise desta “contabilidade da exploração” para o trabalho doméstico não remunerado, no setor público etc. Para uma crítica ver Lopes & Serrano (1986) e Mello & Serrano (1997).

o fato do excedente ser medido em termos de mercadorias ou trabalho concreto evidentemente em nada afeta as relações de poder que o explicam.

Já na economia capitalista, o excedente físico é distribuído através da operação do mercado em termos de valor de troca e apropriado enquanto lucro, em condições de concorrência, e em proporção ao valor do capital aplicado. Uma análise coerente que demonstre as relações necessárias entre excedente e a taxa geral de lucros parece ser essencial para esclarecer que, mesmo neste tipo de sociedade, a distribuição do produto é também regulada pelas relações de poder entre as classes. A consistência e exatidão nos parece mais importante para análises deste tipo do que a medida escolhida para o valor de troca do excedente (Garegnani & Petri (1989), Garegnani (1998)).

VII. SRAFFA E MARX

A evolução do pensamento do Sraffa sobre a teoria do valor trabalho contém alguns aspectos curiosos. Os estudos sobre este tema baseados nos manuscritos não publicados de Sraffa ainda estão em fase preliminar. Em uma primeira fase embora, creditasse a Marx a redescoberta da abordagem clássica do excedente no livro *Teorias da Mais-Valia*, Sraffa achava que tanto Ricardo quanto Marx tinham se afastado e aberto a porta para interpretações subjetivas e “metafísicas” da teoria do valor ao enfatizar o trabalho “corrompendo” a idéia central de “custo real físico” desta abordagem a qual chamava teoria objetiva do valor. No entanto, em fins de 1927 Sraffa tem, de acordo com Garegnani (2005), uma grande mudança de opinião ao desenvolver as equações que formariam depois os capítulos iniciais de seu livro de 1960. Ao esclarecer para si mesmo a estrutura analítica da abordagem clássica do excedente, Sraffa percebe que a medida do excedente em

trabalho utilizada por Ricardo e Marx tinha sido um instrumento analítico muito útil. Ainda em 1927, Sraffa escreve sobre Marx²⁸:

“In the middle of the 19th century a man succeeds, either by accident or by superhuman effort, in getting again hold of the classical theory: he improves it, and draws its practical consequences from it”. [Sraffa em 1927, citado por Garegnani (2005)]

E sua admiração pelos avanços analíticos obtidos através da teoria do valor de Marx (em particular o conceito de capital constante e, associado a ele, a noção de taxa máxima de lucro) é crescente. Durante o longuíssimo período de preparação de seu livro, Sraffa estudou a fundo outros autores como Dmitriev e Borktievcz que criticaram duramente o instrumental analítico usado por Marx. Mas como estes autores, por outro lado, não perceberam a importância analítica do capital constante, Sraffa insiste em seus manuscritos que as críticas destes autores de que analiticamente a teoria de Marx era um retrocesso em relação a Ricardo era profundamente equivocada²⁹. Tanto que uma vez completada as provas matemáticas rigorosas dos seus resultados mais importantes, Sraffa diz:

“That M. {Marx} knew all this is shown by the (otherwise contradictory) applying ‘simple rule’ in reduction of values to prices and *s[surplus]* to *r[rate of profits]*, while elsewhere denying that org. comp. of cons. goods and of means of prod. are equal. Contrast nonsense of Tugan B. and Bortkiewicz”. [Sraffa em 1944, citado por Kurz & Gherke (2006)]

VIII.OBSERVAÇÕES FINAIS

²⁸ DeVivo (2003) também mostra evidências da grande dificuldade que Sraffa tinha de tentar convencer Keynes de que havia alguma coisa de útil na obra de Marx. Ver também Gilibert (2003), Garegnani (2005), Gherke & Kurz (2006). Estes estudos divergem quanto a extensão e detalhes da influência exata de Marx sobre o desenvolvimento do pensamento de Sraffa, mas todos confirmam a grande e crescente admiração de Sraffa pela teoria econômica de Marx.

²⁹ É curioso notar que, segundo Gherke & Kurz (2006), mesmo quanto a “lei de tendência declinante da taxa de lucro”, embora Sraffa concordasse evidentemente com as críticas de Tugan e Bork de que uma nova técnica não seria rentável para seu introdutor se tivesse o efeito de posteriormente reduzir a taxa geral de lucro, Sraffa ainda assim achava as críticas exageradas. Argumentava que a lei proposta por Marx como possivelmente válida não nas condições da realidade, mas que pelo menos seria logicamente correta sob algumas condições muito restritivas (que segundo Sraffa eram as supostas por Marx), a mais importante delas sendo a inexistência de progresso técnico (novas “invenções”).

Como vimos, Sraffa e seus seguidores mais próximos interpretam a teoria do valor de Marx como o instrumento analítico disponível à época para a determinação coerente da taxa geral de lucros e dos preços de produção. Esta interpretação, ao contrário de outras, tem sólida base textual na obra de Marx. E implica, ao contrário do que tem sido difundido por diversas linhas da tradição marxista, que existe grande continuidade, em vez de ruptura, entre a teoria da taxa de lucro e dos preços de produção de Marx e seus predecessores da abordagem clássica do excedente (ou economia política clássica) de Smith a Ricardo e também dos seus sucessores como Dmitriev, Borktievcz, Von Charasoff e Sraffa.

APÊNDICE: III. ALGUNS CONCEITOS BÁSICOS

Faremos aqui a uma rápida revisão de alguns dos conceitos usados na teoria do valor de Marx para tentar deixar claro como não se tratam de conceitos éticos, metafísicos ou filosóficos e sim estritamente econômicos:

Trabalho vivo e trabalho morto - significam trabalho direto e indireto, ambos em termos concretos e heterogêneos. São quantidades de valores de uso e, portanto, não formam agregados e não podem ser somados.

Trabalho abstrato - quantidade de valor (de troca) que representa o tempo de trabalho “socialmente necessário” (dadas as técnicas dominantes difundidas e a estrutura de salários relativos vigente) para produzir uma mercadoria.

Capital constante e capital variável - medem o valor em trabalho abstrato do capital constante (que resulta do trabalho morto) e do capital variável (que resulta do trabalho vivo e do valor do salário real, i.e. valor da força de trabalho). Destina-se a distinguir o que hoje em dia chamamos de reposição do capital (capital constante) e custo salarial direto (capital variável)³⁰

Valor do produto do trabalho e valor da força de trabalho - o valor do produto do trabalho é o valor em termos de trabalho abstrato do trabalho vivo (direto) necessário para

³⁰ Gherke & Kurz (1995) mostram como o estudo dos fisiocratas foi importante para o desenvolvimento destes conceitos de Marx, para a elaboração de seus esquemas de reprodução e também para o seu estudo da questão da “transformação” dos valores em preço.

produzir a mercadoria e o valor da força de trabalho é o valor também em trabalho abstrato da folha de salários (diretamente) necessária para produzir a mercadoria

Mais valia - “valor adicionado” (ou excedente em valor). Na realidade é a diferença entre o valor do produto do trabalho vivo (direto) medido em trabalho abstrato e o valor da força de trabalho.³¹ Na linguagem moderna corresponderia a algo como o valor adicionado menos a folha de salários, isto é, a soma de lucros, juros, aluguéis e renda da terra.

Trabalho produtivo e improdutivo - Marx define como produtivo trabalho que gera diretamente mais valia para o capitalista e improdutivo aquele que não gera. Note que tanto trabalho produtivo quanto o improdutivo aqui estão medidos em trabalho abstrato (valor de troca). Desta forma, é produtivo o trabalhador que trabalha para um capitalista que produz mercadorias e seria improdutivo um produtor independente de mercadorias que não trabalha para o capital e também um médico ou empregado doméstico que vende seus serviços no mercado mas não produz mais valia. Funcionários públicos também seriam trabalhadores improdutivos. Atividades ou trabalho que geram valor de uso, mas que não sejam mercadorias, por mais úteis que sejam não são evidentemente trabalho produtivo.

Pela definição acima, à primeira vista parece que qualquer trabalho submetido às relações contratuais capitalistas devia ser classificado como produtivo. Marx de fato considera que todas as atividades não capitalistas não produzem diretamente mais valia. No entanto, considera também que nem toda atividade capitalista produz mais valia. Para Marx, operários da indústria e trabalhadores diretos da agricultura e dos serviços de transporte geram mais valia. De outro trabalhadores no comércio, contabilidade, intermediação financeira seriam improdutivos mesmo sendo assalariados empregados por capitalistas. Para Marx os capitalistas destas atividades apenas receberiam como lucro uma

³¹ Garegnani & Petri (1989) explicam que o objetivo de Marx em distinguir valor do produto do trabalho do valor da força de trabalho era duplo: a) fugir da interpretação ética do lucro como “roubo”, daí a insistência de que a força de trabalho recebia exatamente o seu valor, nem mais nem menos; e b) mostrar que o valor total do produto vinha do trabalho sendo que os outros “agentes da produção” terra e capital, embora contribuíssem para a produção de valores de uso não tinham suas remunerações determinadas por suas eventuais contribuições ao valor de troca do produto pois e sim como parte do excedente (mais valia) gerado pela diferença entre o valor de troca do produto total gerado (valor do produto do trabalho) menos o valor da força de trabalho. Era, portanto, ao mesmo tempo uma crítica aos “socialistas utópicos” (a) e aos “economistas vulgares burgueses” (b).

parte da mais valia gerada na produção dos bens materiais. Estas distinções, embora possam parecer arbitrárias à luz da contabilidade social dos dias de hoje, estão ligadas às dificuldades conceituais, que ainda perduram, sobre como medir o valor adicionado em várias atividades do setor serviços. Na linguagem sraffiana é como se os setores capitalistas improdutivos, aqueles que obtêm lucro mas não criam mais valia, fossem “não básicos”. De qualquer forma, independentemente das dificuldades e peculiaridades dos conceitos é importante notar que não há nada de ético nem de filosófico nesta distinção. Logo para Marx teríamos:

Valor da mercadoria = mais valia + capital variável + capital constante

Quando Marx diz que o trabalho morto só transfere valor para o produto, o que ele quer fazer é evitar a “dupla contagem” do valor dos meios de produção. Pois o trabalho morto (valor de uso) criou o capital constante (valor de troca). Quando diz que só o trabalho vivo gera (ou agrega) valor, ele quer dizer que só o trabalho direto acrescenta valor adicionado à mercadoria. A taxa de lucro normal é determinada a partir do agregado dos valores das mercadorias. Supondo que o capital constante seja apenas de bens de capital circulante temos:

Valor social = mais valia total + capital social

Capital social = capital variável agregado + capital constante agregado

Capital social = (C + V)

Mais valia = valor do trabalho (direto ou “vivo”) – valor da força de trabalho

Valor social total = T

Valor do trabalho direto total = T_v

temos então:

$$r = (T_v - V) / C + V$$

$$T = (T_v - V) + C + V$$

$$T = T_v + C$$

que mostra que o valor do produto social total é igual à soma, medida em trabalho abstrato do trabalho direta e indiretamente necessário para a produção das mercadorias. No caso de existir capital fixo, o valor do capital constante que entrará na determinação do valor de uma mercadoria (t) naturalmente será igual ao valor do capital constante fixo total vezes o inverso do “período médio de rotação do capital” (ou seja, a depreciação):

$$T = T_v + (1 / n) C$$

Não há nenhum erro nem nenhuma filosofia ou ética aqui; apenas contabilidade social, consistente com a idéia de que o salário real e a tecnologia estão dados e o excedente está sendo medido em termos de trabalho abstrato.³²

REFERÊNCIAS [falta completar]

Garegnani, P. (1999) “Magic Formulas and Arsenic Powder”, *INTERNATIONAL JOURNAL OF POLITICAL ECONOMY*, , VOL 28; PART 3, pages 97-111.

De Vivo (1987), “Value of Labour Power” in J. Eatwell, M. Milgate & P. Newman “The New Palgrave”, Macmillan, 1987.

Lopes F. & Serrano, F. (1986) “Marx e a mercadoria força de Trabalho” in Anais do XVI Encontro Nacional da ANPEC, Brasília 1986.

Mello H. & Serrano F.(1997) “ A Mulher como objeto da teoria econômica” in N. Aguiar (ed) “Gênero e Ciências Humanas:desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres”, Rosa dos Tempos, Rio de Janeiro.

Ginzburg (1985) “A Journey to Manchester: A change in Marx economic conceptions”, *Political Economy: studies in the surplus approach*, v.1 n1. 1985.

Steedman, I. (1977) “Marx after Sraffa”, Verso, London.

³² Marx expressa todos os valores das mercadorias medidos em relação ao valor do ouro e, portanto, pode se referir aos valores tanto como magnitudes monetárias quanto técnicas. Isto está fartamente documentado em Steedman (1977, p.211) e Ravagnani (2005).

- Garegnani, P. (1974), “Sobre a Teoria do valor e distribuição nos economistas clássicos e em Marx”, in AA. VV. “Progresso Técnico e Teoria Econômica”, Hucitec-Unicamp, 1974.
- Gherke, C. (1998) “Dmitriev” in H. Kurz & N. Salvadori (eds.), The Elgar Companion to Classical Economics, Edgar Elgar, 1998.
- Bharadwaj, K (1989) “Adam Smith’s political economy” in K. Bharadwaj “Themes in value and distribution”, Unwin-Hyman, 1989.
- Gianotti (2000) “Certa herança Marxista”, Companhia das Letras.
- Gehrke, C & Kurz, H. “Karl Marx on Physiocracy”, *European Journal of the History of Economic Thought*; 2(1), Spring 1995, pages 53-90.
- Fausto, R (1982) “Marx, Lógica e Política”, Editora Brasiliense.
- Robinson, J (1979) “Filosofia Econômica”, Zahar.
- Steedman, I. (1982), I. “Marx on Ricardo” in I. Bradley & M. Howard (eds) “Classical and Marxian Political Economy: essays in honor of R. L. Meek”, Macmillan.
- Sraffa (1960) “Production of commodities by means of commodities”, Cambridge University Press.
- Mongiovi, G. (2002) “Vulgar economy in Marxian garb: a critique of Temporal Single System Marxism”, *Review of Radical Political Economics*, 2002 34: 393-416.
- Ravagnani, F. (2005) A Critical Note on Moseley’s “Macro-Monetary” Interpretation of Marx’s Theory” *Review of Radical Political Economics*, 2005; 37: 85-96.
- Shaikh, A. (1998) “The Empirical Strength of the Labor Theory of Value” in *Conference Proceedings of Marxian Economics: A Centenary Appraisal*, Riccardo Bellofiore (ed.), Macmillan, London.
- Bresser Pereira, L. (1986) “Lucro, Acumulação e Crise”, Ed. Brasiliense.
- Meek, R. “Contribuição Escocesa à Sociologia Marxista” in R. Meek “Economia & Ideologia”, Zahar, 1977.
- F. Vianello “Capital” in H. Kurz & N. Salvadori (eds.) , The Elgar Companion to Classical Economics, Edgar Elgar , 1998.
- F. Vianello “Labour Theory of Value” in J. Eatwell, M. Milgate & P. Newman “The New Palgrave”, Macmillan, 1987.
- F. Petri “Labour Theory of Value” in H. Kurz & N. Salvadori (eds.) The Elgar Companion to Classical Economics, Edgar Elgar, 1998.

- P. Garegnani “The Labour Theory of Value: Detour of Technical Advance?” in G.Caravale (ed.) Marx and Modern Economic Theory, Volume 1, Edgar Elgar, 1991.
- P. Garegnani & F. Petri “Marxismo e Teoria Economica Hoje”, in E. Hobsbawn (org.) História do Marxismo, Volume 12, paz & terra, 1989.
- M. Howard & J. King “Bortkiewicz, Ladislaus Von” in H. Kurz & N. Salvadori (eds.) The Elgar Companion to Classical Economics, Edgar Elgar, 1998.
- Garegnani P. (1974) “Sobre a teoria da distribuição e do valor em Marx e nos economistas Kurz H. & Salvadori N. (1995). “Chapter 13: Production as a circular flow and the concept of the surplus” in H. Kurz & N. Salvadori “Theory of Production: A Long period Analysis”, Cambridge University Press, 1995.
- Garegnani, P. (2005) “On a turning point in Sraffa's theoretical and interpretative position in the late 1920s”. *European Journal of the History of Economic Thought*.V 12 (2005, September)
- Moseley, F. (2002) “Hostile brothers: Marx theory of the distribution of surplus value in volume 3 of Capital”, in G.Reuten (ed.), *The Culmination of Capital: Essays on Volume 3 of Capital*, Palgrave, 2002.
- Gilibert, G. (2003) “The man from the moon: Sraffa´s upside-down approach to the theory of value”, *Contributions to Political Economy*, 2003
- DeVivo, G. (2003) “Sraffa's path to Production of Commodities by Means of Commodities: an interpretation”.*Contributions to Political Economy* 2003
- Garegnani, P. “Il Problema Del capitale nelle teorie della distribuzione”, Giuffré, Milano
- Garegnani, P. (1991) “Labour theory of value: detour or technical advance?”.
- Gherke, C. & Kurz, H. (2006) “Sraffa on von Bortkiewicz: Reconstructing the Classical Theory of Value and Distribution” Gehrke and Kurz *History of Political Economy*.2006; 38: 91-149
- Pivetti, M. (1991) “An Essay on the money and distribution”, Macmillan, London.
- Hugo Azcurra, F & Fiorito, A. (2005) “Capital y Excedente”, Ediciones Cooperativas, Buenos Aires